

S.O.S PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS: ASSOREAMENTO E DESCASO

Guilherme Henrique Leite Magalhães¹, Kamila de Sena Golube², Raianny Gonçalves da Costa³
Luiz Henrique Ortelhado Valverde e Naiara Gomes de Menezes

Escola Estadual Hércules Maymone (EEHM) - Campo Grande/MS

guilhermehenriqueleite15@hotmail.com, kamilagolube75@gmail.com, orayanne637@gmail.com,
valverde.ufms@gmail.com, naii.gm92@gmail.com

Área/Subárea: Ciências Agrárias e Engenharias

Tipo de Pesquisa: Científica

Palavras-chave: assoreamento, parque das nações indígenas, parque dos poderes

Introdução

O Parque nas Nações Indígenas (PNI) foi inaugurado em 1995, após Decreto Estadual de desapropriação de diversas chácaras e áreas localizadas na região leste do município de Campo Grande/MS, destinado a construção de um parque urbano com mais de 116 hectares de área total, situado na Microbacia do Córrego Revellieu (Imasul, 2019). Atualmente o PNI é um dos principais cartões postais da capital sul-mato-grossense e vem enfrentando um enorme problema em grandes proporções, devido o aumento dos sedimentos trazidos pelos córregos Prosa e Revellieu, média de 7,32 toneladas por dia são carreados para o local ocasionando o assoreamento do reservatório “lago” (Diniz et. al.; 2019). Em 2019, pôde se ter uma dimensão maior do problema, quando após intensas chuvas, enchentes e alagamentos provocaram grandes transtornos, e consequentemente houve um aporte de sedimentos, deformando o lago. O Governo do Estado juntamente com a Prefeitura da capital efetuam nesse momento um conjunto de ações para recuperação do espaço visando nitidamente somente os aspectos sociais envolvidos. As obras tiveram início em junho de 2019 e estima-se um custo de quase 8 milhões de reais, envolvendo a construção de uma bacia de retenção no córrego Reveilleu, controle de erosão, recomposição vegetal nas margens do córrego Joaquim Português e a implementação de uma comporta de regulação do nível do lago. O objetivo do presente trabalho é verificar a eficácia do método de desassoreamento usada no lago do Parque das Nações Indígenas, visando apresentar alternativas de planos que envolvam a solução do problema abrangendo aspectos ambientais, culturais, estéticos, políticos e econômicos.

Metodologia

A metodologia consistiu em analisar métodos usados no desassoreamento do lago, por meio de observações do local, análise do laudo técnico expedido por engenheiros ambientais e biólogos no processo para barrar a supressão vegetal do Parque dos Poderes e entrevistas com especialistas na área.

Resultados e Análise

Após observação macro do local e notícias a respeito do assoreamento, foi realizada uma entrevista virtual por chamada de vídeo com o Engenheiro Ambiental Caio Áspet, no qual o mesmo relata que o problema atual foi observado anos antes, havendo assim descaso por parte do poder público, destacando que a falta de um planejamento adequado e necessidade de uma resposta rápida ao anseio da população, ainda oferecem riscos a sociedade, e principalmente a fauna e flora do local em longo prazo. Caio ainda ressalta que o problema do assoreamento do lago é muito mais amplo do que aparenta, afirma que a supressão vegetal do Parque dos Poderes solicitada pelo Governo ao Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul) para construção de um estacionamento, pode contribuir para agravar o desequilíbrio ambiental da microbacia do Prosa. Os córregos Joaquim Português e Desbarrancado que formam o Prosa (Figura 1), nascem no Parque dos Poderes e já estão assoreados devido à construção civil. Um exemplo é a construção da Av. Dr. Fadel Tajher Iunes inaugurada em 2018 que “liga nada a lugar nenhum” cita Caio. Para ele, essas obras provocam processos erosivos devido à carência de mata ciliar, o que resulta o aumento da vazão (velocidade da água), levando esses sedimentos ao reservatório do Parque das Nações Indígenas.



Figura 1. Parque das Nações Indígenas e Parque dos Poderes
Fonte: (Here Go, 2019)

No que diz respeito ao processo de desassoreamento do lago, Caio menciona o uso exacerbado dos cofres públicos: “Não houve consulta pública quanto às medidas mitigadoras para planejamento da obra, tão pouco consultoria de especialistas da área ambiental e econômica para o uso de tanto dinheiro”. Alerta que as medidas tomadas solucionam

o problema apenas em curto prazo. Em entrevista por áudio por um aplicativo de mensagens com o Doutor em Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos Guilherme Henrique Cavazzana, a técnica utilizada atualmente no desassoreamento é a mais rápida e menos agressiva à jusante (Prosa), porém é a mais severa em aspectos aos sedimentos, pois não atende um padrão estético (Figura 2).



Figura 2. Lago do PNI

Fonte: Os autores

Referências

Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2019, Natal. RN. **Descarga Sólida em Parque Urbano**. Natal: abes, 2019. 6 p.

Here Go. 2019. *Campo Grande/MS*. [s.l.]: Here Go Maps. Disponível em: <<https://wego.here.com/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 17 ago de 2019.

Parque das Nações Indígenas. Portal do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 20 ago. de 2019. Disponível em: <http://www.parquedasnacoesindigenas.ms.gov.br> . Acesso em: 20 ago. de 2019.

Considerações Finais

A falta de revitalização do cerrado para recuperação das cabeceiras dos corpos d' água no Parque dos Poderes é essencial para reversão do quadro atualmente, haja vista que a problemática do lago não teve importância ao longo dos anos e a manutenção do assoreamento nunca existiu. Destaca-se que o plano de ações desenvolvido pelo Governo para solucionar o problema não menciona a revitalização da mata ciliar do cerrado da microbacia do Prosa por completo, é nítida apenas na proposta a recomposição vegetal do córrego Joaquim Português, entretanto há contradição entre projetos que diz respeito ao “reflorestamento”. Para o processo de desassoreamento do lago é necessária a contenção e recuperação da erosão em toda microbacia, utilizando-se de plantio e em contrapartida o outro projeto solicita a supressão vegetal de 3,3 hectares do Parque dos Poderes para construção de estacionamento. Observa-se a falta de clareza e o entendimento sobre a interdependência desses dois problemas é visível por parte dos órgãos gestores, uma não exclui a outra. A negligência é o principal fator que desencadeia a origem desses problemas, juntamente com a falta planejamento adequado e o descaso com a opinião popular.

Agradecimentos

Ao Engenheiro Ambiental Caio Áspet, ao Doutor Guilherme Henrique Cavazzana e os professores mestres em Química Tairine Pimentel e Érico Vinícius Rocha Sanches.